

**DESAFIOS E OPORTUNIDADES DO ESPORTE BRASILEIRO: ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ESPORTE NA VISÃO DE GESTORES E STAKEHOLDERS DA MODALIDADE OLÍMPICA VELA**

**LUCAS RIBEIRO SALLES**  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)  
lucas.salles90@gmail.com

**GUIDO VAZ SILVA**  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)  
guido\_vaz@hotmail.com

# **DESAFIOS E OPORTUNIDADES DO ESPORTE BRASILEIRO: ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ESPORTE NA VISÃO DE GESTORES E STAKEHOLDERS DA MODALIDADE OLÍMPICA VELA**

## **1. INTRODUÇÃO**

Nos tempos atuais, as organizações, para se manterem ou se tornarem competitivas, devem estar atentas às mudanças que ocorrem no mundo, em geral, e na sua área de atuação, especificamente, visando ao ajuste de suas estratégias de atuação. Com as instituições esportivas isto não é diferente.

Com a expectativa da realização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, em 2016, intensificou-se a mobilização governamental para que se cumprissem os prazos de obras de infraestrutura, transporte e arenas esportivas. Mais do que cumprir obrigações para sediar os Jogos, no entanto, a população brasileira esperava que as Olimpíadas deixassem um legado para a cidade do Rio de Janeiro e para o Brasil. Pois as políticas públicas voltadas ao esporte não devem focar apenas os Jogos Olímpicos, nem somente os esportes de alto rendimento, mas incentivar e fomentar o crescimento esportivo no país em longo prazo, tendo em vista os benefícios econômicos e sociais advindos dele.

Hoje, o esporte é visto por muitos governos como uma importante ferramenta para combater a exclusão social, melhorar a saúde da população, fomentar o crescimento econômico e atuar no desenvolvimento urbano.

O tema escolhido é relevante, pois, além de suscitar as emoções que o esporte desperta na sociedade, abordar aspectos de sua gestão é imprescindível para transformar o país em um ente competitivo no esporte internacional, além de transformar o esporte num mecanismo de melhoria da qualidade de vida da população e torná-lo um fator de inclusão social. Aprofundar tais questões, no âmbito acadêmico e no âmbito das práticas governamentais e organizacionais, é fundamental para o desenvolvimento de melhores políticas e práticas de gestão do esporte brasileiro.

Dessa forma, o interesse deste estudo é motivado, principalmente, pela necessidade de análise de políticas públicas do esporte brasileiro. Pressupõe-se que ações efetivas e planejadas, decorrentes de tais políticas, sejam fundamentais tanto para colocar o país no rol dos grandes participantes olímpicos como, também, para direcionar as políticas públicas do esporte para beneficiar a sociedade, aliando o esporte de base à educação, e o esporte de lazer à saúde e qualidade de vida.

### **1.1 Objetivo Geral**

Investigar de que modo as políticas públicas para o esporte de alto rendimento podem alavancar o esporte como mecanismo social, verificando o que pensam articuladores de políticas públicas, atletas, gestores, no caso específico, da modalidade Vela.

### **1.2 Objetivos Específicos**

Durante o andamento da pesquisa para o alcance do objetivo geral estabelecido faz-se necessário o cumprimento de objetivos específicos:

- a) Identificar e conhecer as políticas públicas na área do esporte de alto rendimento no Brasil, em específico as políticas que afetam a prática da modalidade Vela.
- b) Verificar de que modo o Governo Federal incentiva e motiva os atletas brasileiros de alto rendimento a chegarem aos seus objetivos em grandes eventos.
- c) Compreender como se articulam as políticas públicas do esporte e as ações do esporte de lazer e do esporte de base.

- d) Investigar de que modo as políticas públicas para o esporte de alto rendimento podem alcançar o esporte como mecanismo social.

## **2. DEFINIÇÕES DE ESPORTE, GESTÃO DO ESPORTE e POLÍTICA PÚBLICA PARA O ESPORTE**

Segundo Alves e Pieranti (2007), no século XX a concepção do esporte moderno passou por diversas modificações. Do início do século XIX até 1936, possuía características claras, como o associativismo, o *fair-play* e a clássica dicotomia amadorismo/profissionalismo.

De acordo com Alves (2000), em 1936, pela primeira vez de uma forma clara, o esporte tornou-se peça fundamental para o fortalecimento do Estado, servindo a objetivos políticos. Durante os Jogos Olímpicos de Berlim, o ditador alemão Adolf Hitler utilizou-se dele para demonstrar a força de seu regime, a recuperação da Alemanha e a pretensa supremacia da raça ariana, objetivos profundamente frustrados pela vitória do atleta negro norte-americano Jesse Owens em várias provas daquela Olimpíada. Mesmo assim, a capacidade organizativa do povo alemão e a força do esporte como agente aglutinador e divulgador do sistema político foram compreendidas por diversos países, dentre os quais os Estados Unidos e a União Soviética.

Existe um intenso debate no meio acadêmico a respeito da definição de esporte. Muitos compreendem esporte como atividade física. Definições aceitas descrevem atividade física como a prática vinculada à promoção da saúde e elevação da qualidade de vida.

Para Barbanti (2006, p.54), existem três condições para se considerar no desenvolvimento de uma definição de esporte:

- a) esporte refere-se a tipos específicos de atividades;
- b) esporte depende das condições sob as quais as atividades acontecem;
- c) esporte depende da orientação subjetiva dos participantes envolvidos nas atividades.

Além disso, Barbanti (2006, p. 55) afirma que, para uma atividade física ser classificada como esporte, ela deve ocorrer sob um conjunto particular de circunstâncias. Já o esporte é caracterizado por alguma forma de competição, que ocorre sob condições formais e organizadas.

Assim, o ambiente desta pesquisa terá como foco o Esporte de acordo com a definição de Barbanti (2006, p. 57), e não como prática de atividade física. A gestão do esporte nacional será o tema abordado na próxima seção.

### **2.1 Gestão do Esporte**

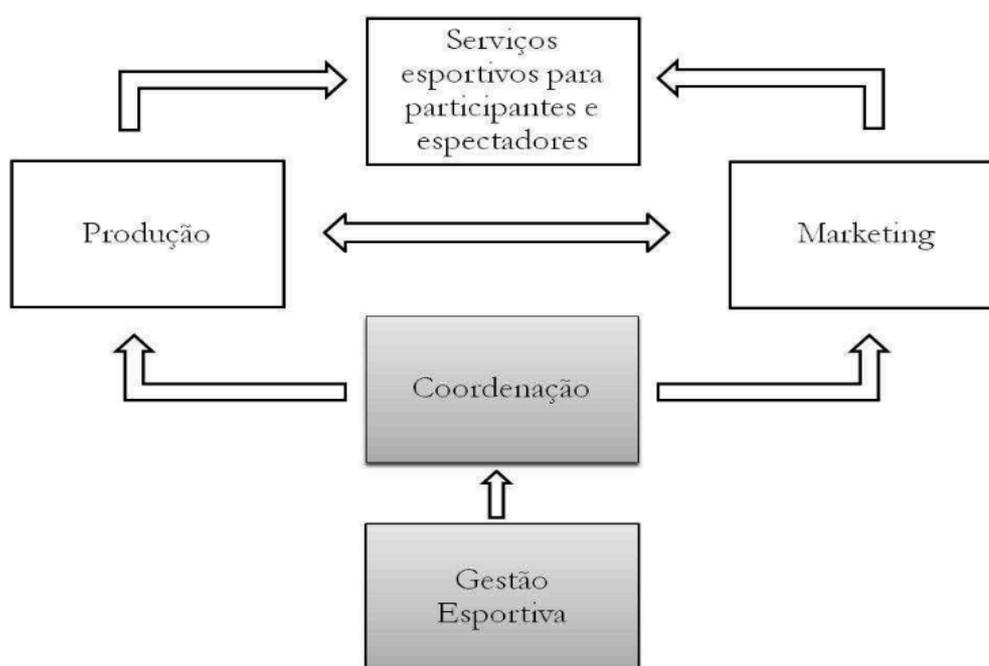
Gestão do esporte pode ser entendida como a aplicação dos princípios de gestão a organizações esportivas. Usando a definição de gestão de Bateman e Snell (1996), a gestão do esporte é o processo de se trabalhar com pessoas e recursos materiais para realizar objetivos de organizações esportivas de maneira eficaz.

Assim, para entender o objeto de estudo da gestão do esporte, é necessário definir o conceito de organização esportiva. Para Slack e Parent (2006), organização esportiva é uma entidade social, com objetivos claros e limites bem definidos, envolvida na indústria do esporte. Usando esta linha de pensamento, conhecer a indústria do esporte e seus limites é fundamental para se definir a gestão do esporte.

A necessidade de se gerir o esporte de maneira empresarial, com objetivos estratégicos bem definidos, vem do crescimento vertiginoso da indústria esportiva, puxado principalmente pelos Estados Unidos. Estimativas do tamanho da indústria do esporte indicam que o esporte já movimenta uma quantia considerável de dinheiro (MEEK, 1997; PITTS; STOTLAR, 2002).

Para Chelladurai (2009), o gestor do esporte deve estar preparado para conhecer o processo produtivo e para atuar em organizações esportivas, porém, não necessariamente em organizações que usam o esporte para promover seus produtos. Ainda de acordo com Chelladurai (1994), gestão do esporte é a coordenação das atividades de produção e *marketing* de serviços esportivos. A figura 1 ilustra este conceito de gestão do esporte.

Figura 1 – Gestão do esporte como coordenação das atividades de produção e *marketing* de serviços esportivos



Fonte: Adaptado de Chelladurai (2009).

Como em outras áreas de estudos sociais aplicados, também na gestão esportiva a maior parte do suporte teórico para a proposição de investigações empíricas vem de teorias da sociologia e da psicologia.

Entre os aspectos que atravessam a realidade estudada pela Sociologia do Esporte está a compreensão do papel, da função e do significado do esporte na vida das pessoas. Interessa perguntar quais as razões para uma parcela significativa e crescente da população se interessar e se dedicar, cada vez mais, às atividades esportivas, tanto como praticante ou como espectadora ou consumidora.

## 2.2 Política Pública no Esporte

No campo da política pública voltada ao esporte, foram abordados autores como Bergsgard et al., que afirmam, em sua obra de 2007 (p.3), que o esporte é considerado pelos governos como uma importante ferramenta econômica e de atividade social por três razões:

- a) O esporte tem um forte e importante impacto cultural, demonstrado pela atenção dada ao sucesso das equipes nacionais e o suporte para construção de arenas esportivas e obras de infraestrutura esportiva com receita pública.
- b) O esporte também pode ser visto como um poderoso recurso para se demonstrar poder político, combater a exclusão social, reduzir a obesidade infantil e ajudar no desenvolvimento econômico do país.
- c) O esporte pode ser percebido pela sociedade como uma ferramenta importante para o seu desenvolvimento, seja por afastar crianças e adolescentes carentes do mundo das drogas, ou para ajudar crianças e adultos com problemas de saúde, como a obesidade.

De acordo com Hoye, Nicholson e Houlihan (2010), a intersecção entre a indústria do esporte e as políticas governamentais, contudo, não se limita ao que geralmente permanece sob a tutela da política esportiva. Os governos também utilizam políticas que visam regular ações das organizações esportivas, assim como utilizam o esporte para a realização de outros objetivos, dentre eles, os políticos.

O esporte é visto como um mecanismo de assistência à comunidade, construindo capacidades sociais e econômicas. Coalter (2007) sugeriu que nos últimos anos aumentou a importância do esporte, devido, principalmente, a suposições sobre o seu potencial em áreas tais como desenvolvimento social e econômico, combate ao crime, melhoria da saúde e educação. Hoje em dia, cada vez mais governantes utilizam o esporte para alcançar seus objetivos em diferentes setores políticos.

De acordo com Hoye, Nicholson e Houlihan (2010), o investimento dos governos geralmente ilustra alguns aspectos-chaves da importância do esporte nas políticas de desenvolvimento urbano e econômico. Primeiramente, o esporte é tipicamente parte de uma estratégia mais ampla ou de um plano de desenvolvimento, porém, pode ser um catalisador significativo. Segundo, o investimento do governo e as políticas sempre enfatizam os benefícios econômicos que o esporte traz. Em muitos aspectos, estes são resultados naturais do escrutínio público e de prestação de contas. Um investimento do governo ou o dinheiro dos contribuintes deve ser destinado para a nação, a comunidade, as organizações e os indivíduos.

Finalmente, múltiplos e variados benefícios são conferidos ao esporte e o seu potencial para contribuir para o resultado do desenvolvimento urbano ou o desenvolvimento econômico, mas sempre há uma pequena evidência que sustenta essas alegações. A extensão e qualidade desses benefícios são difíceis, senão impossíveis, de se estabelecer.

### **2.3 Modelo das Coalizões de Defesa (*Advocacy Coalition Framework* - ACF)**

Formulado por Paul Sabatier e Hank Jenkins-Smith em 1993, o modelo de Coalizão de Defesa (*Advocacy Coalition Framework* – ACF) se propõe a analisar mudanças nas políticas públicas, destacando o papel da informação técnica no processo de disputas que envolvem múltiplos atores, em distintas esferas e níveis de governo (SABATIER; WEIBLE, 2007).

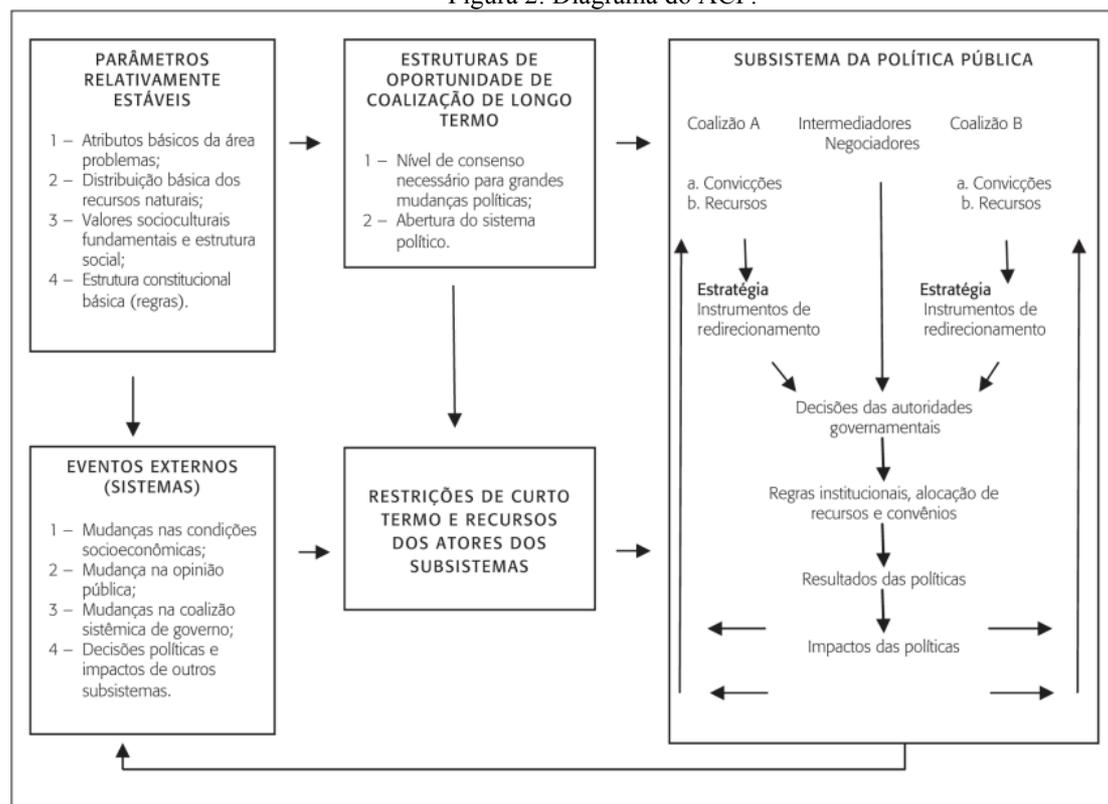
Ao adotar o termo “coalizão”, Paul Sabatier e Hank Jenkins-Smith (1993) indicam que os indivíduos participantes estão inseridos em um subsistema político, entendido como o ponto em que ocorrem discussões e debates de múltiplos atores, motivados por suas convicções.

O modelo proposto por Sabatier e Jenkis-Smith (1993), além de incluir na sua análise comissões legislativas, agências oficiais e líderes de grupos de interesses como os mais relevantes participantes políticos, expande a análise para acadêmicos, jornalistas, agentes de variados níveis de governo e outros atores, desde que sejam atores especializados em sua área de atuação e, de alguma forma, potencialmente influentes na formulação e implementação da política.

Internamente ao subsistema são encontradas coalizões de defesa, entendidas como os elementos essenciais do subsistema. As coalizões aglutinam atores pelo compartilhamento de um conjunto de ideias direcionadas ao campo de políticas públicas abrangido pelo subsistema, e que são denominadas no modelo como “crenças”. As divergências quanto às crenças tendem a dificultar o processo de negociação e mudança nas políticas públicas. O processo de resolução de conflitos entre coalizões geralmente é complexo, sobretudo porque os atores de diferentes coalizões percebem o mundo mediante lentes distintas.

A estrutura do ACF é baseada em parâmetros relativamente estáveis, eventos externos, estruturas de oportunidade de coalização de longo termo, restrições de curto termo e recursos dos atores dos subsistemas da política pública, conforme ilustrado na figura 2.

Figura 2: Diagrama do ACF.



Fonte: Adaptado de Sabatier e Weible (2007).

Como este estudo busca identificar, principalmente, a priorização das políticas públicas voltadas para o esporte de alto rendimento, foram identificados dois grupos de coalizão: dos que defendem as políticas voltadas ao esporte de alto rendimento e dos que defendem uma maior participação do Estado no esporte de base e lazer e menos efetivo para o alto rendimento. No estudo, o primeiro grupo foi identificado como pró-base e lazer, e o segundo grupo foi identificado como pró-alto rendimento.

Esses dois grupos de coalização foram entrevistados e a partir das informações colhidas por esses grupos, foi realizada a análise sobre as políticas públicas esportivas.

### 3. METODOLOGIA

Esta pesquisa tem caráter qualitativo e analítico, ajustada a procedimentos de registro, análise e correlação de dados. Diante desse conjunto de fins estabelecidos, e considerando as características do objeto investigado, foram utilizados procedimentos metodológicos recomendados por Richardson (1999) e Bardin (2004), os quais, a esse respeito, propõem a articulação e classificação categorial ou temática investigando o que os dados têm em comum.

Tendo em vista as recomendações dos autores citados, procedeu-se aos seguintes encaminhamentos:

- a) determinação da população, que, neste caso, se trata das esferas nacional, estadual e municipal e dos sujeitos representativos da pesquisa, em um total de dez entrevistas, com gestor público, atletas, gestores de entidades esportivas (clubes, confederações e comitê olímpico), jornalista, atores dos mais diversos tipos, acordando com o modelo da ACF, que está descrito na seção 2.3;
- b) elaboração do instrumento de coleta de dados, neste caso, um roteiro com 11 questões orientadoras da captação de informações alusivas aos objetivos do estudo.

Para a realização das entrevistas, foi utilizado um roteiro de perguntas semiestruturado, com a finalidade de produzir informações e conhecimentos referentes à descentralização, à gestão em si e às respectivas consequências e impactos.

O modelo baseado em entrevistas semiestruturadas se deu pelo fato de o estudo buscar entender junto a formuladores e agentes de políticas públicas voltadas ao esporte de que forma este pode atuar como mecanismo social e de saúde, além de buscar entender se, de fato, o esporte de alto rendimento predomina nas políticas públicas de esporte em detrimento ao esporte de base e de lazer.

Estudo realizado por Capelari, Araújo e Calmon (2015) fez um balanço das pesquisas nacionais nas quais o método do ACF, descrito na seção 2.3, foi utilizado. Como resultado, verificou-se a predominância, como técnica de coleta de informações, a aplicação de questionário semiestruturado, o que se alinha com o proposto neste estudo como método para coleta de informações.

Após recolher as informações por meio de entrevistas semiestruturadas, as informações foram cuidadosamente organizadas e passaram à condição de tema de dados e contribuíram para as inferências necessárias operacionalmente e considerando a aproximação deste estudo indicativos de Bardin (2004) quanto à análise de conteúdo, processo que se submeteram os dados sistematizados. Os procedimentos comuns a esse tipo de pesquisa, se utilizaram neste estudos são: (a) pré-análise, em que foram selecionadas as informações que realmente importam para o estudo; (b) fase de sistematização e elaboração de um procedimento preciso para o desenvolvimento do trabalho de acordo com Richardson (1999); (c) análise com base em um suporte teórico que possa indicar tendências, opções, limites e vicissitudes.

Após a realização das entrevistas, foi realizado o trabalho de transcrição do material gravado, para que pudesse ser feita a análise dos resultados das entrevistas qualitativas. Para realizar a análise de conteúdo, foi utilizado o *software* Atlas.ti para realizar o agrupamento dos pontos chaves e definir um parâmetro de respostas e chegar a um

resultado sobre a pesquisa. Foram criados 16 códigos e marcadas dentro desses códigos 98 citações.

#### 4. RESULTADOS DA PESQUISA

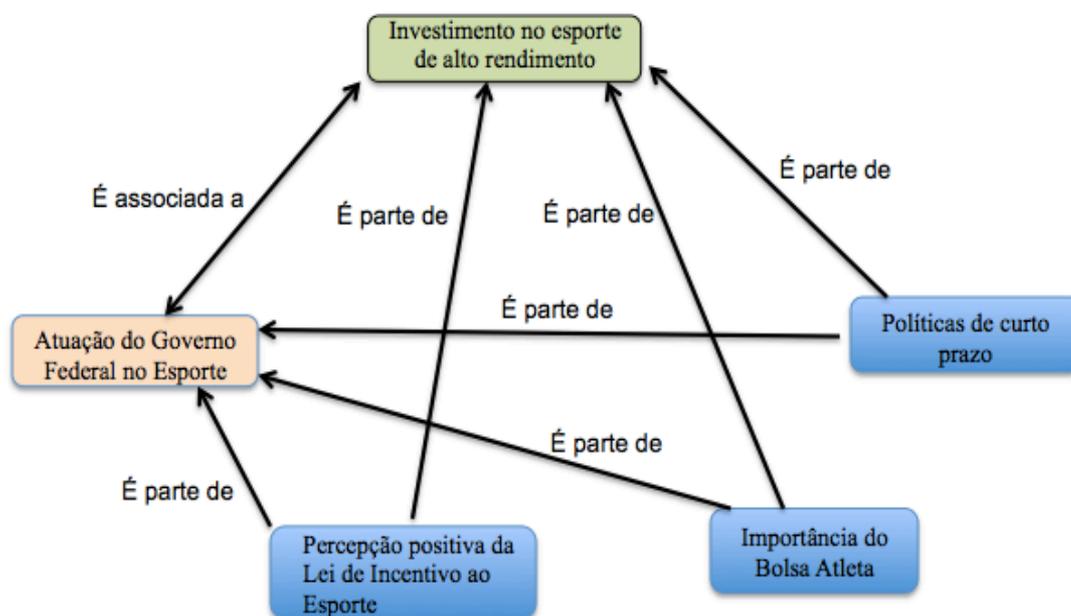
Com os códigos e marcações criados por meio do software Atlas.ti e as redes semânticas desenhadas, foi possível analisar os resultados do material gerado. Nesse sentido, foram construídas quatro redes principais, onde se buscou avaliar:

- o investimento no esporte de alto rendimento;
- o investimento no esporte de base;
- a percepção negativa, por parte dos entrevistados, sobre o desempenho do Governo Federal em relação ao esporte; e
- a percepção positiva dos entrevistados sobre o desempenho do Governo Federal em relação ao esporte.

##### 4.1 O Esporte de Alto Rendimento

Na figura 3 pode-se observar os pontos chaves citados pelos entrevistados sobre o tema do investimento no esporte de alto rendimento.

Figura 3 – O investimento no esporte de alto rendimento



Fonte: O autor (2017).

Dessa forma, pode-se observar que, na percepção geral, a atuação do Governo Federal, hoje, é fundamental para o desenvolvimento do esporte de alto rendimento. Sem o apoio financeiro que clubes, confederações e atletas recebem do Ministério do Esporte, os entrevistados entendem que o esporte nacional de alto rendimento estaria em uma situação pior do que a encontrada hoje.

Dessa forma, os programas governamentais como o Bolsa Atleta, a Lei de Incentivo ao Esporte e a Lei Agnelo Piva são considerados essenciais ao esporte, no momento atual do país, conforme afirmou o representante do Comitê Olímpico Brasileiro em sua entrevista:

Acho a Lei de Incentivo fundamental. Ela foi criada baseada num cenário que o poder público poderia prover para o esporte, dentro das amarrações, burocracias, no que já existe dentro do poder público. A gente precisa também do poder público para mudar realmente.

Numa das citações sobre o programa Bolsa Atleta, pode ser verificada sua importância para o respondente, no caso um atleta, que afirmou:

No meu caso, foi fundamental para ajudar a pagar as contas de casa e passagem de ônibus, porque, até então, eu pedia carona para o motorista ir para o clube ou então dormia no barco quando tinha dois dias de competição, porque não tinha dinheiro para voltar para casa.

Apesar do essencial apoio do Governo Federal ao esporte de alto rendimento, muitos acreditam que esse não deveria ser o foco de investimento do Estado, conforme citado por um gestor esportivo: “Acho que o esporte escolar deveria ser responsabilidade do Estado, e daí o tripé da formação profissional, escola e competição, e dar condições para que outros sistemas esportivos tivessem um maior apoio”.

Os entrevistados acreditam que o apoio é essencial ao esporte nos dias atuais, por conta de dois principais fatores, identificados na pesquisa: a monocultura desportiva e a crise econômica e política que vive o nosso país e que influencia o mercado de patrocínio esportivo pelas empresas privadas, hoje num cenário de redução de investimento por conta de dificuldades por que passam muitas empresas.

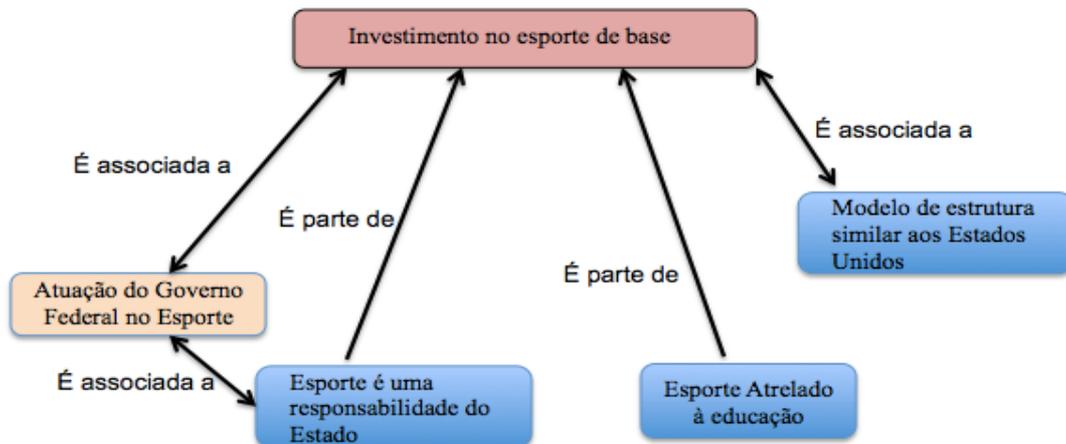
Os entrevistados citaram por diversas vezes a monocultura esportiva voltada para o futebol, apoiado com intensidade pela mídia, tornando-o uma modalidade esportiva com muito mais espaço do que o dado a outros esportes, como exemplificado pelo jornalista esportivo entrevistado: “Aí é questão cultural. Enquanto o empresário não enxergar o esporte, fora futebol, essa é a grande questão. A gente vive um total quadro de monocultura esportiva. A Olimpíada não mudou isso e foi uma ingenuidade de quem achou que mudaria”. Isso causa menor interesse do público em relação a outros esportes e, conseqüentemente, atrai menor investimento por parte dos patrocinadores privados.

Apostando em resultados de curto prazo, por força da política governamental de investimento, as confederações e clubes acabam investindo a maior parte de seus recursos em poucos atletas de alto nível, em detrimento de um trabalho mais abrangente, destinado a criar massa crítica e expandir o esporte pelo território nacional.

## **4.2 O Esporte de Base**

A figura 4 apresenta os pontos importantes, destacados pelos entrevistados, para o investimento no esporte de base, que representa o outro ponto de coalização estudado, baseado no modelo de coalizão de defesa, de Sabatier e Hank (1993).

Figura 4 – Investimento no esporte de base



Fonte: O autor (2017).

Apesar de acreditarem que o papel do Ministério do Esporte, hoje, é positivo, os entrevistados identificam uma carência de programas voltados para o esporte de base, como citado por um gestor esportivo: “A educação física na escola era muito forte. Havia competições a nível estadual, municipal e nacional, organizadas pelas escolas. Acho que esse sistema foi desconstruído e eu acho que é daí que deveria vir a base”.

Para nove dos dez entrevistados, o esporte é de fato uma responsabilidade do Estado, porém, desde que esteja atrelado à educação básica nas escolas, como citado pelo representante do Ministério do Esporte: “[...] os princípios do esporte, que o atleta representa, como comprometimento, paciência, perseverança, disciplina. Tudo isso contribui para a formação do cidadão. Então, no viés da educação, isso é importante”.

Na visão dos entrevistados, o esporte deveria estar presente mais fortemente nas escolas, pois, além do desenvolvimento motor das crianças e adolescentes, torna-se um importante meio de prevenção da saúde, além de propiciar e inculcar valores importantes para o desenvolvimento do ser humano, como saber perder, obedecer às regras, trabalhar em equipe, ser solidário com seus companheiros, além de ser uma ferramenta eficiente para a inclusão social, conforme citado por um dos gestores esportivos entrevistados:

Na parte da educação e da inclusão social, o esporte é ferramenta que não tem preço. O esporte te ensina valores que são essenciais para a formação do caráter do ser humano. Você ser justo, tratar bem as pessoas, saber competir, que é obedecer as regras, saber qual é a lei, até onde você pode ir, o que você pode fazer, quem está te fiscalizando, ter o *fair play*.

### 4.3 Percepção Negativa do envolvimento do Estado com o Esporte

Apesar de hoje todos serem favoráveis à participação do Estado no esporte, alguns pontos levaram a questionamentos e foram vistos como negativos.

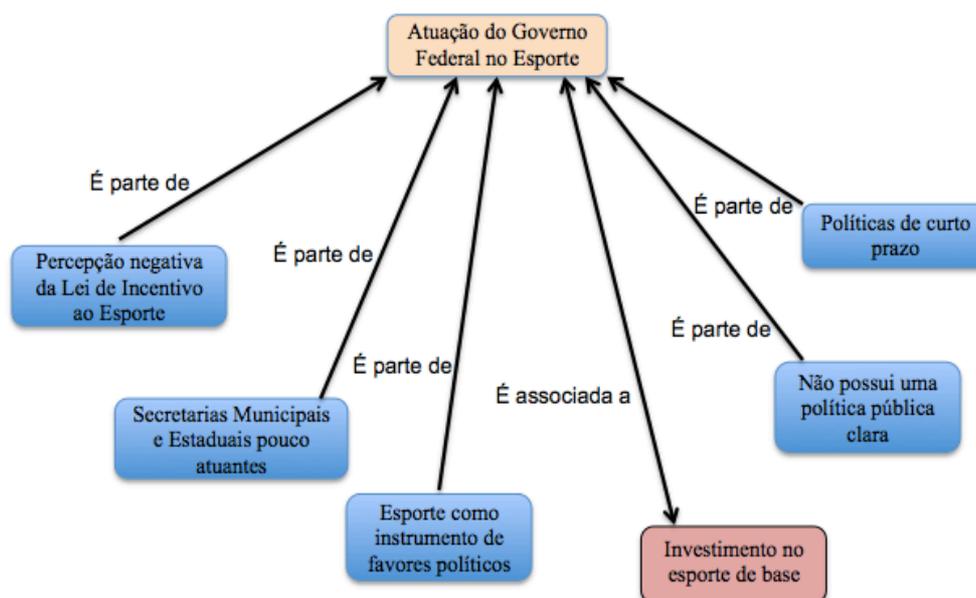
Ainda que os entrevistados considerem a Lei de Incentivo ao Esporte como algo positivo, eles percebem que ela engessou o patrocínio esportivo, criando uma cultura nas

empresas privadas de apenas apoiar projetos que tenham o respaldo do Ministério do Esporte, como citado pelo atleta medalhista olímpico entrevistado:

Mas a Lei de Incentivo, por outro lado, ela gerou no mercado de patrocínio uma mudança de comportamento por parte do investidor. O investidor, que antes via no esporte um instrumento de *marketing* esportivo, de propaganda de seu produto, de ação, e investia nisso de forma estratégica, esse dinheiro apenas é tratado na área tributária e fiscal. Você cria uma espécie de vício no mercado.

A figura 5 mostra as redes de relacionamento dos motivos que levaram os entrevistados a terem uma percepção negativa a respeito do envolvimento do Estado com o esporte.

Figura 5 – Percepção negativa da atuação do Governo Federal no esporte



Fonte: O autor (2017).

Outro fator relevante para percepção negativa da atuação do Governo Federal é a verificação da utilização do esporte com meio de se fazer política, um meio fácil de realização de troca de favores políticos entre os partidos e governantes que estão no poder, como citado pelo atleta medalhista olímpico entrevistado e que já teve experiência na gestão pública do esporte:

Esse é um dos problemas: não é o fato de você ter ou não ter uma Secretaria ou um Ministério, é quem ocupa. A gente devia valorizar os cargos técnicos, aqueles profissionais que têm vivência na gestão esportiva e que as pessoas que têm compromisso com o esporte chegassem lá, o que não é o caso. O que vemos são vereadores, deputados que chegam ao cargo de ministro por indicação política.

Acho que isso dificulta o que podemos desenvolver nas políticas públicas do esporte.

Tais fatos atrapalham a continuidade de políticas e programas voltados ao esporte e acabam se relacionando com outro ponto levantado na análise das entrevistas: as políticas de curto prazo.

Os gestores e *stakeholders* da modalidade Vela também não percebem uma política pública clara para o desenvolvimento do esporte. Para seis dos dez entrevistados, o esporte deveria fazer parte de uma política de Estado, associado à educação e à saúde, num plano de longo prazo, conforme citado pelo representante do Ministério do Esporte entrevistado:

O papel do governo federal deveria ser de traçar diretrizes nacionais, ou seja, definir papéis para esfera governamental. Como que isso funciona no esporte? Se tiver um plano nacional de esportes, com diretrizes bem estabelecidas de cada esfera governamental, acho que vai fluir de forma mais harmônica, e possivelmente o esporte vai ser beneficiado por essa sincronia.

Para os entrevistados, o papel das Secretarias é muito pequeno e de, certa forma, irrelevante em relação ao que deveria acontecer, como identificado por um dos gestores esportivos entrevistado: “A participação deles é muito política, ao longo desse anos, é pequena e muito política. Sempre foi feita com base em projetos políticos, assistencialismo, muito raro ter o fomento.”

Portanto, considera-se necessário que o Governo Federal aja como um formulador das políticas públicas e os municípios e estados atuem com a implantação dessas políticas. Com isso, todo o trabalho para o desenvolvimento e implantação de políticas para o esporte acabam ficando a cargo do Governo Federal.

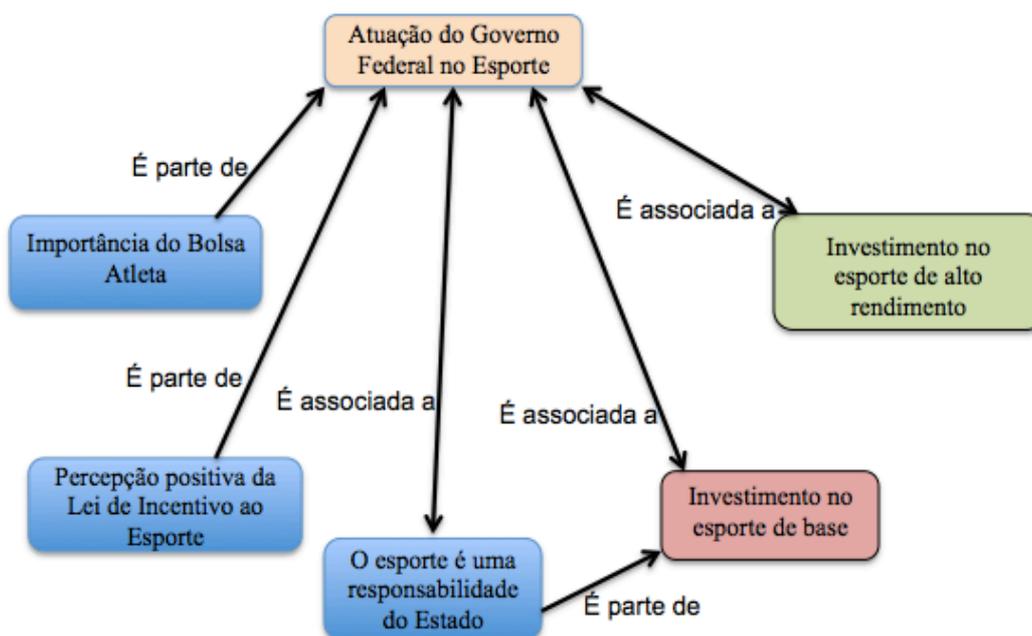
#### **4.4 Percepção Positiva do Envolvimento do Estado com o Esporte**

De uma forma geral, todos os entrevistados se mostraram satisfeitos com a atuação do Ministério do Esporte e consideraram que, hoje, no cenário atual econômico, político e esportivo do país, é essencial a participação do Estado no seu desenvolvimento. A figura 6 apresenta os motivos pelos quais os entrevistados tiveram uma percepção positiva da atuação do Governo Federal no esporte.

Como se pode verificar na figura 6, dentre os pontos positivos pode-se destacar dois dos programas desenvolvidos pelo Ministério do Esporte que são de grande impacto no esporte nacional atualmente: o Programa Bolsa Atleta e a Lei de Incentivo ao Esporte.

O Bolsa Atleta é um importante meio de investimento nos atletas, tanto no esporte de base quanto no de alto rendimento. De acordo com o representante do Ministério do Esporte, que é atualmente o coordenador do Programa Bolsa Atleta, 48% dos beneficiados são considerados atletas de base, competindo em categorias de jovens atletas. Isso mostra que o programa é um importante estímulo para o desenvolvimento do esporte de base através do incentivo financeiro.

Figura 6 – Percepção positiva da atuação do Governo Federal no esporte



Fonte: O autor (2017).

Em relação à Lei de Incentivo ao Esporte, apesar de ter sido verificado um potencial “vício” das empresas privadas a patrocinar apenas projetos aprovados pelo Ministério do Esporte em detrimento ao patrocínio com verba de *marketing*, os entrevistados levantaram a questão de que a Lei é importante atualmente, pois permite que empresas privadas que não apoiavam o esporte por falta de oportunidade financeira. Assim, a Lei de Incentivo ao Esporte possibilitou o aumento de potenciais patrocinadores do esporte, como afirmado por um dos gestores esportivos entrevistados:

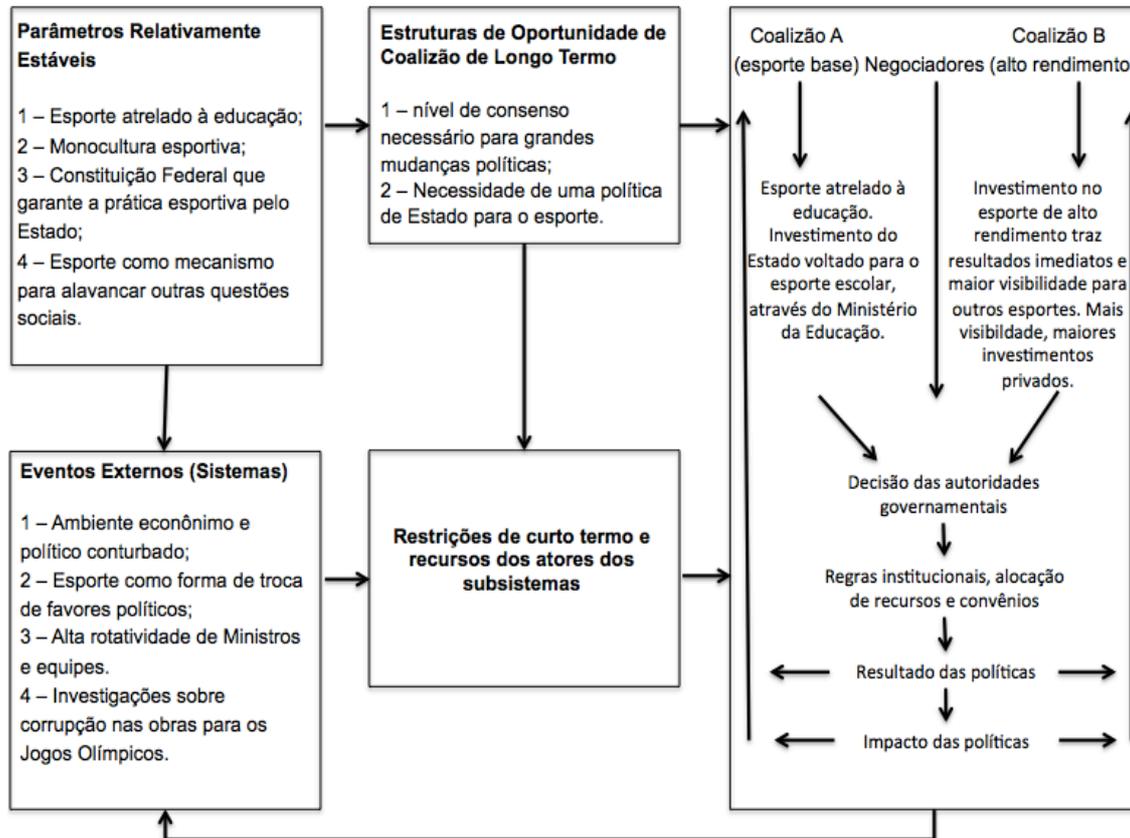
Algumas empresas que não patrocinariam por não terem verba para *marketing* ou patrocínio direto, como têm que pagar o imposto, renunciam ao imposto e sem dúvida ajudou muito. Isso abre outras opções.

Além disso, os entrevistados mostraram que têm plena convicção da efetividade dos investimentos, pois, se estes não tivessem ocorrido por meio dos programas e políticas públicas elaboradas pelo Ministério nesses últimos anos, o esporte brasileiro estaria em um cenário muito pior, como afirma o representante do Comitê Olímpico do Brasil: “[...] é um papel fundamental do Ministério do Esporte, da participação em termos de qualidade de vida do brasileiro em geral. É importante que tenham iniciativas e integração com os agentes que fazem jornadas esportivas nesse processo”.

Desta forma, feito o levantamento das principais ideias, motivações e análises de cada entrevistado a respeito do modelo de estrutura do esporte e a forma de investimento e atuação do Governo Federal, foi possível atrelar os discursos ao modelo de coalizão de defesa, de Sabatier e Hank (1993), para verificar a percepção dos entrevistados sobre a atuação das políticas públicas no esporte, atualmente.

O modelo de coalizão de defesa (ACF), aplicado com as informações colhidas nas entrevistas realizadas nesta pesquisa, está demonstrado na figura 7.

Figura 7 – Modelo de coalizão de defesa (ACF) aplicado às políticas públicas do esporte no Brasil



Fonte: Adaptado de Sabatier e Hank (1993).

No modelo desenhado, percebe-se claramente quais itens servem de parâmetros relativamente estáveis para a elaboração de políticas públicas voltadas ao esporte, como a garantia do Estado para a prática esportiva de todos os cidadãos, conforme a Constituição Federal, e o esporte como mecanismo para alavancar outras questões sociais, principalmente atrelado à educação, como citado pelo medalhista olímpico entrevistado: “O esporte só vai atender aos anseios da sociedade se atuar de forma integrada, como política de Estado, e não de um governo que está de passagem, integrando educação e saúde, fundamentalmente”.

Para os entrevistados, é clara a ideia de que o esporte deveria estar mais fortemente ligado às escolas, onde crianças e adolescentes possam não somente aprender diversas atividades esportivas, mas também adquirir os valores positivos que o esporte pode proporcionar ao desenvolvimento dos jovens. Além disso, melhorar a saúde da população, manter a população fisicamente ativa e poder usar o esporte como instrumento de inclusão social nas escolas e na sociedade são, também, benefícios que políticas públicas voltadas ao esporte poderiam propiciar, conforme citado pelo gestor de um clube esportivo:

Acho que tem que ser uma política do Estado. Devia botar como uma política dele, para saúde e educação, e fazer parte dessa política para formação do ser humano, ter o esporte nas escolas. Como, por exemplo, ter academia nas praças para pessoas da terceira idade, e aquilo ali é fundamental, porque você vai estar

poupando recursos na saúde, de prevenção. Usar o esporte como prevenção de saúde, inclusão social e formação do ser humano.

Outro parâmetro relativamente estável, identificado nesta pesquisa, é o fator cultural brasileiro da denominada monocultura esportiva, ou seja, nas mídias e em outros campos predomina o futebol, em detrimento de outras modalidades, conforme identificado pelos entrevistados. A realização de grandes eventos esportivos ajuda a disseminar uma cultura esportiva no país, a mostrar novos esportes para a população. No entanto, mesmo após a realização dos Jogos Olímpicos no país, percebe-se a manutenção de uma grande concentração de interesse em um único esporte na mídia e, conseqüentemente, na população.

Além desses fatores, nesta pesquisa foi possível, também, verificar a existência de fatores externos que influenciam diretamente a elaboração e implementação das políticas públicas para o esporte, tais como, o ambiente econômico e político conturbado no país. Com o Governo Federal realizando corte de investimentos em áreas importantes, o esporte nacional teve uma queda considerável de investimentos após a realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016.

Também se observa a utilização do esporte como forma de troca de favores políticos, quando os assuntos dessa natureza deveriam considerar prioritariamente os aspectos técnicos e sociais, entre outros. Com pessoas sendo indicadas para postos chave na condução da estruturação e das políticas para o esporte no país meramente por critérios político-partidários há, conseqüentemente, a geração de grande rotatividade de pessoal no Ministério do Esporte, o que ocasiona problemas de continuidade de projetos e programas públicos, como foi identificado pelo atleta da modalidade Vela, com experiência em cargos na gestão pública do esporte:

Quase sempre as secretarias municipais, estaduais ou o Ministério do Esporte são tratados como moeda de troca. Barganha no ajuste político do poder Executivo e do Legislativo. Aquele partido que não foi contemplado com aquele cargo ministerial, uma secretaria, que ameaça romper com a base, recebe, para estar no Governo, uma secretaria do esporte. Na ampla maioria dos casos, o secretário de esportes não é ninguém que tenha tido experiência, conhecimento e comprometimento com o esporte.

A aplicação do modelo de coalizão de defesa possibilitou, ainda, verificar, no discurso dos entrevistados, as oportunidades de coalizão de longo termo. O consenso dos entrevistados foi alto sobre a necessidade de mudanças políticas e da estrutura do esporte nacional, apesar de identificarem a extrema importância da atuação do Ministério do Esporte nos tempos atuais, em função, dentre outros fatores, do cenário econômico e político conturbado.

Nas oportunidades de coalizão de longo termo, ficou evidente a necessidade, na visão dos entrevistados, da elaboração de uma política de Estado para o esporte atrelada à educação e à saúde, com vistas ao fomento de uma cultura esportiva forte, com massa crítica suficiente para se trabalhar o desenvolvimento do esporte nacional.

Como consequência da análise final deste estudo, a partir do modelo ACF foram definidos dois grupos de coalizão, com suas respectivas estratégias: a do esporte de base (coalizão A) e a de alto rendimento (coalizão B). Aqueles que defendem um maior investimento do Governo Federal no esporte de base, pois acreditam que, de fato, o papel

do Estado é o de desenvolver e fomentar o esporte para crianças e adolescentes, adotam uma estratégia segundo a qual o esporte deveria estar sempre atrelado à educação, visando o desenvolvimento físico e social dos jovens.

Já os que defendem a continuidade dos investimentos e programas do Ministério do Esporte para o alto rendimento argumentam que este propicia resultados em curto prazo, indicando que sucesso de uma política esportiva está relacionado ao sucesso de uma modalidade no cenário mundial. Com isso, ocorre uma maior visibilidade do esporte, atraindo assim o interesse de novos praticantes e novos investidores.

Percebe-se, assim, a existência de ideias convergentes, mas, também, divergentes acerca do papel das políticas públicas para o esporte, mesmo que os grupos representados nesta pesquisa possuam interesses comuns, cujo principal é o desenvolvimento do esporte no Brasil.

Apesar de grande parte dos respondentes atuarem na modalidade esportiva Vela, suas análises podem ser extrapoladas para todos os demais esportes.

## 5. CONCLUSÃO

Este estudo possibilitou a investigação sobre a percepção de gestores e *stakeholders* do esporte nacional, a maior parte atuante de uma das modalidades mais vitoriosas em edições de Jogos Olímpicos, a Vela.

Verifica-se, no estudo realizado, que, de acordo com a avaliação dos entrevistados, a atuação do Governo Federal no esporte de modo geral é positiva e considerada essencial para o desenvolvimento do esporte brasileiro nos dias atuais. Por meio de programas como Bolsa Atleta e de leis federais como a Lei Agnelo Piva e a Lei de Incentivo ao Esporte, o governo brasileiro busca promover a evolução do esporte de alto rendimento no país.

Mas, constatou-se também que, apesar de considerarem a participação do Governo Federal como essencial ao esporte, os entrevistados pertencentes ao grupo de coalização que defende o investimento no esporte de base acreditam que o investimento está sendo canalizado para um propósito equivocado, pois o esporte de base deveria ser prioridade do Governo Federal, atrelado a uma política nacional que o associe à educação. Na visão dos entrevistados, o esporte é uma excelente ferramenta de auxílio para solução de questões sociais. Além de fazer parte da educação de crianças e jovens, também pode auxiliar na inclusão social e promover a saúde e o bem-estar dessa parcela da sociedade. Ainda, o esporte é visto como um aliado na percepção de valores positivos, tais como o espírito de equipe, a cooperação, entre outros.

Na percepção dos entrevistados, o esporte tem perdido cada vez mais espaço nas escolas, com pouco incentivo governamental para a prática esportiva dentro das instituições de ensino do país. As competições esportivas entre estudantes, que eram bastante comuns e tinham uma ampla participação de escolas e faculdades do país, hoje perderam força e têm pouca adesão por parte das instituições.

Para o grupo que apoia o investimento de alto rendimento por parte do Governo Federal, o principal motivo para que isso deve ocorrer é o fato de que, em curto prazo, é possível conquistar melhores resultados em competições internacionais com o apoio do Ministério do Esporte e assim possibilitar uma maior visibilidade ao esporte através da mídia e, conseqüentemente, um maior interesse da população e de investidores no esporte. Porém, conforme verificado nas políticas públicas atuais, este é um ciclo vicioso, em que inclusive as empresas privadas preferem apoiar o esporte através da renúncia fiscal, em vez de o apoiarem com verbas de patrocínio e *marketing*.

Assim, há atualmente uma grande dependência do esporte nacional aos recursos federais. Os resultados esportivos atuais mostram que, apesar do grande investimento financeiro realizado, o esporte brasileiro não tem alcançado os resultados esperados. Como exemplo, destaca-se o não alcance da meta estipulada pelo Comitê Olímpico do Brasil, juntamente com o Ministério do Esporte, de ficar entre os dez primeiros colocados no quadro de medalhas dos Jogos Olímpicos Rio 2016. O Brasil ficou em décimo terceiro lugar no *ranking* de medalhas nas últimas Olimpíadas.

Portanto, é necessário que se reveja a forma como o esporte nacional está sendo incentivado por parte do Governo Federal e se busque fomentar e desenvolver nas escolas o esporte, para que crianças e jovens possam desenvolver, dentre outras habilidades, talentos para o esporte de alto rendimento.

### **Referências Bibliográficas**

- ALVES, J. A. B. **Projeto Mangueira: ilusão ou inclusão social: Uma experiência em gestão sócio-esportiva**. Rio de Janeiro: EBAPE/FGV, 2000. Dissertação de Mestrado.
- ALVES, J. A. B.; PIERANTI, O. P. **O Estado e a formulação de uma política nacional de esporte no Brasil**. *RAE-Eletrônica*, v. 6, n. 1, Janeiro-Junho 2007.
- BARBANTI, V. J. **O que é esporte?** Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde, Pelotas, v. 11, n. 1, p. 54-58, jan. 2006.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BATEMAN, T.S., SNELL, S. **Management: building competitive advantage**. 3rd ed. Chicago: Irwin, 1996.
- BERGSGARD, Nils.Asle; HOULIHAN, Barrie; MANGSET, Per; NODLAND, Svein.Ingve& ROMMERTVEDT, Hilmar: **Sport Policy: A Comparative Analysis of Stability and Change**. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2007.
- CALMON, Paulo Carlos du Pin. **Advocacy Coalition Framework: um balanço das pesquisas nacionais**. Revista de Administração Pública e Gestão Social, n.7, v.2, p.91-99, abri-jun/2015.
- CHELLADURAI, P. S **port management: defining the field**. European Journal for Sport Management, [S.l.], v.1, p.7-21, 1994
- CHELLADURAI, P. **Managing organizations for sport and physical activity: a systems perspective**. 3rd. ed. Scottsdale: Holcomb Hathaway, 2009
- COALTER, Fred. **A wider social role for sport: who's keeping the score?** London: Routledge, 2007.
- HOYE, Russel; NICHOLSON, Matthew & HOULIHAN, Barrie. **Sport and Policy: issues and analysis**. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2010.
- MEEK, A. **An estimate of the size and supported economic activity of the sports industry in the United States**. Sport Marketing Quarterly, Chicago, v.6, p.15-21, 1997.
- PITTS, B.G.; STOTLAR, D.K. **Fundamentals of sport marketing**. 2nd ed. Morgantown: Fitness Information Technology, 2002.
- RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- SABATIER, Paul A., & HANK, C. **Policy change and learning: an advocacy coalition approach**. Boulder: Westview Press, Inc. (1993).
- SABATIER P.A., WEIBLE, C.M. (2007). **The advocacy coalition framework: Innovations, and clarifications**. In: SABATIER, P.A (Ed.). Theories of the Policy Process. 2a Ed. Boulder: Westview Press.
- SLACK, T.; PARENT, M.M. **Understanding sport organizations: the application of organizational theory**. 2nd ed. Champaign: HumanKinetics, 2006.